

O NARIZ DA LÍNGUA: Um Ponto de Vista Linguístico sobre a Mentira

Maria José Matos Frias
Escola Superior de Educação – IPP

A lista original de traços característicos mediante os quais a linguagem verbal, objectivada nas diferentes línguas históricas, pode ser comparada com outros sistemas semióticos usados pelo ser humano ou pelos animais, tem vindo a alargar-se desde que Saussure reconheceu a arbitrariedade como característica do signo linguístico.

A propriedade sobre a qual pretendo centrar-me – a prevaricação – é referida implicitamente por Hockett na introdução a *A Course in Modern Linguistics*, ao afirmar que «Language is not used just to make assertions of fact. It is used for lies as well as truth, for nonsense as well as sense...» (1958, p. 7). Entre 1958 e 1968, em sucessivas publicações, Hockett procura elencar as diversas propriedades da linguagem verbal, partindo de uma lista de sete para dezasseis. Da última lista de Hockett, John Lyons refere, entre outras, a prevaricação; por prevaricação entende-se, nas palavras de Lyons, «a possibilidade de usar um sistema semiótico para enganar outro ou transmitir informações falsas» (1980, pp. 75-76).

Monica Berretta (1980, pp. 125-138) propõe uma categorização da última lista de Hockett, distinguindo *traços estruturais*, *traços semânticos*, *traços ligados ao utente* e *traços decorrentes do canal*; a prevaricação encontra-se entre as propriedades semânticas. Embora Berretta inclua esta propriedade-chave nas propriedades semânticas e apesar de, segundo Lyons, outros autores argumentarem que, juntamente com a reflexividade, é esta característica que mais distingue a linguagem de outros sistemas de sinais, ele próprio considera que se pode discutir se a prevaricação é uma característica do sistema semiótico enquanto tal, ou antes um traço do comportamento e das intenções dos que utilizam o sistema, o que a colocaria no conjunto das características ligadas ao utente¹.

¹ Apesar do interesse teórico que poderia ter tal discussão não é meu propósito, neste momento, ir

A mentira será aqui perspectivada como fazendo parte de um caso mais geral, o de «toda a palavra imprópria» (TODOROV, 1979, p. 107 e ss.), com um valor independente relativamente ao real. Podemos designar assim o discurso em que se opera um evidente desnível entre a referência e o referente, entre o *designatum* e o *denotatum*. Berretta (1980, p. 137) sugere neste quadro três significativas manifestações de prevaricação: a mentira, o *nonsense* e a ironia. Sendo minha intenção centrar-me exclusivamente na mentira, farei apenas duas breves referências ao *nonsense* e à ironia, que se distanciam da mentira pelo facto de não haver da parte do sujeito, nessas manifestações, a intenção de enganar; distinguem-se, pois, da mentira, logo à partida, no acto ilocutório.

O *nonsense* – a que inevitavelmente associamos nomes de escritores como Edward Lear, Lewis Carroll ou, entre nós, Manuel António Pina – apresenta-nos um mundo às avessas, fictivamente construído e assumido como tal, explorando a linguagem para lá dos limites, na sua função secundária modelizante do mundo – mais do que qualquer outro género literário que apresente mundos que poderiam existir –, ao subverter contextos, ao instaurar uma ruptura através da palavra conflitual e de certo modo paródica, cuja estruturação reside precisamente na falta de estruturação; mas fá-lo, propiciando intencionalmente a proliferação de interpretações e a evasão a um mundo credível, pelo que a mentira criadora que subjaz a este género não tem a intenção de induzir em erro.

Na ironia mais elementar, a partir da qual surgem outras formas mais elaboradas, o locutor exprime as suas intenções por antífrase, dizendo o inverso do que quer deixar perceber. Pretende que o alocutário entenda o contrário do que lhe foi dito e, por isso, a máxima da qualidade formulada por Grice é violada de forma tão visível que o interlocutor não pode deixar de inferir algo de diferente daquilo que se lhe diz. Na ironia existe uma intenção de fornecer indícios ao alocutário de que há uma oposição entre o que é dito e o que é comunicado. Embora sejam utilizados recursos verbais, o significado do que é dito é posto em dúvida ou contrariado pela linguagem não verbal, sobretudo pela

mais além do que situar a problemática, dado que esse debate deverá ser, a meu ver, perspectivado interdisciplinarmente. Não vou assim discutir teorias filosóficas ou psicológicas sobre as noções de verdade e de mentira, nem estudos linguísticos sobre a relação entre referência, verdade e existência. Não posso, contudo, deixar, de abrir um parêntesis pela reflexão que me suscitou a leitura da *Rhétorique Générale* do Grupo m (1982, p.171 e ss.), que apresenta uma tipologia das figuras de Retórica, a partir da distinção proposta por Hjelmslev entre forma e substância da expressão e forma e substância do conteúdo. Neste quadro, o signo «torna-se uma unidade constituída pela forma do conteúdo e pela forma da expressão e estabelecida pela solidariedade a que nós (Hjelmslev) chamamos função semiótica». Poderíamos então argumentar ser esta uma característica da linguagem verbal em que se interseccionam o conteúdo e a expressão: «uma grandeza com duas faces, aberta em duas direcções: ao exterior, para a substância da expressão, ao interior para a substância do conteúdo».

mímica facial e pela ênfase exagerada na entoação, que o falante não adequa deliberadamente à linguagem verbal. A ironia implica sempre uma atitude em que há uma composição seguida e artificial, uma enunciação cuidadosamente codificada. Embora se transmitam informações falsas, como quando perante um trabalho mal feito o locutor comenta «que lindo serviço!», a intenção não é a de enganar, pelo que se afasta da mentira. Devem ressaltar-se as situações em que o falante utiliza a simulação e a dissimulação para manter um mal-entendido, as únicas em que a ironia se aproxima em parte da mentira. O engano pode, no entanto, ocorrer por falta de conviência por parte do público: o locutor é levado a sério, por falta de conhecimento do mundo (as crianças encontram-se frequentemente desarmadas face ao discurso irónico), ou por falta de conhecimento psicológico do locutor.

A «palavra imprópria», ao adquirir independência relativamente ao real, constitui-se como uma entidade autónoma (TODOROV, 1979, pp. 115-116). Cria assim o seu próprio referente, não havendo, pois – aliás como em todo o acto de discurso, mas aqui mais visivelmente – uma simples relação entre a asserção e o facto, mas a acção de um locutor que, movido por intenções várias, procura convocar o alocutário para um ponto-de-referência particular que não é o de denotar um estado de coisas que existe, de facto, no mundo.

Consideremos então a mentira. Quem mente negligencia qualquer aspecto de relação com o alocutário, no sentido da colaboração ou negociação durante a interacção. Assim, o acto ilocutório é sempre marcado pela falta de sinceridade. A intenção do locutor é a de criar uma certa impressão de si, neste caso de que é honesto, e fá-lo deliberadamente. É a perspectiva “dramatúrgica” a que se refere Goffman (1959): o falante é um actor que pretende provocar no público uma certa impressão. Se tem presente a personalidade do outro é apenas no sentido de obter o efeito perlocutório que pretende, elidindo completamente o princípio da cooperação de Grice e a máxima da qualidade, na formulação «não digas o que julgas falso», condição *sine qua non* para a aceitabilidade do discurso. De facto, esta máxima é derogada porque se pretende induzir em erro. Sabemos que o princípio e as máximas a que nos referimos não podem considerar-se normas de conversação correcta, não só porque para preservar uma delas pode ser necessário infringir outras, mas também porque, em determinados contextos, pode discutir-se a legitimidade de o falante mentir. Elas constituem antes pontos de referência de tipo interpretativo, úteis na recepção do discurso.

A reflexão anterior conduz-nos às intenções que, no acto ilocutório, presidem à construção de um referente novo, substituindo-se ao real. De acordo com alguns autores, no âmbito de estudos psicológicos, a mentira resulta de uma insatisfação relativamente ao real. As acções verbais decorrem, sobre-

tudo, de um desejo, ao contrário da verdade, em que a convicção é dominante; há, no entanto, em alguns casos, uma convicção que resulta desse desejo e da necessidade que ele provoca, às vezes com legitimidade, considerado o quadro da enunciação; assim, «quer queiramos dizer a verdade, quer queiramos mentir, precisamos de ter convicções do que sejam as nossas convicções relevantes» (MELLOR, 1995, p. 95).

Embora não seja o mais comum, um dos motivos que conduz à mentira pode ser o ludismo: mente-se para (se) divertir, assumindo a mentira como um jogo, institucionalizado, por exemplo, em programas televisivos como os *Apanhados*.

Mente-se quase sempre por objectivos puramente pessoais, ainda que muito diversos. Muito comum, em sujeitos com determinadas características psicológicas, é mentir para a afirmação de um “eu” que, por isso, conta muitas histórias, sabe muitas coisas as quais, ao serem transmitidas, se configuram quer como boatos, em que não há contudo a intenção de prejudicar, quer como pretensão de conhecimento sobre uma matéria em que o sujeito é uma falsa autoridade.

O sujeito mente, noutras situações, para se proteger do conhecimento de realidades desagradáveis acerca de si ou do seu mundo por parte de outros, ou para construir uma imagem mais próxima da desejada. Na interacção social e familiar mente-se frequentemente para não se ser incomodado (as velhas desculpas dadas para não se atender a ninguém, presencialmente ou ao telefone: *não posso atender, estou em reunião, estou muito ocupado, já sai*), para justificar um comportamento, para não se ser responsabilizado (tendo partido uma porcelana de grande valor, A diz: *Não fui eu; devem ter sido os meninos a brincar*), por medo (numa relação familiar ou profissional com um alocutário que marca o seu poder/estatuto autoritariamente, perante um assaltante), para escapar ao controlo ou a um conflito (A, dirigindo-se a um filho adolescente, pergunta: *A que horas chegaste ontem?*. B, que chegou às 7 da manhã, responde: *Cheguei cedo*), para evitar uma situação (*antes morrer que tomar aquele remédio horrível*). Neste quadro, mente-se por vezes para se ser mais credível do que dizendo a verdade: «pois não é que quis descansar as costas por um dia? Sabia que se falasse nisso ao chefe ele não acreditaria que lhe doíam as costelas. Então valeu-se de uma mentira que convence mais do que a verdade: disse ao chefe que no dia seguinte não poderia trabalhar porque arrancar um dente era muito perigoso. E a mentira pegou» (LISPECTOR, 1993, p.57). Parece ser esta também a necessidade da criança de Almada Negreiros que inventa uma série de desculpas espectaculares como justificação para o atraso na chegada à escola, já que a verdade é admirar uma boneca numa montra e é um prazer fútil e, portanto, suspeito (NEGREIROS, 1993).

A mentira envolve por vezes uma existência inteira para alcançar o desejo de ser um outro, como Madame Bovary, e mesmo para criar um mundo, no triunfo de uma imaginação fecunda como a de Don Quixote ou, pontualmente, a da pequena Flora, interpretada por Anna Paquin no filme *O Piano*, que transforma a grande tragédia da sua vida – a ausência de um pai e a vivência com uma mãe sem voz – num mundo à medida da sua necessidade: os pais cantavam numa floresta quando sobreveio uma tempestade, o pai foi fulminado por um raio e a mãe perdeu a voz. Nestes casos, é criada no discurso uma unidade simultaneamente constituída por mentira e por ilusão: «un mensonge unique qui embrasse l’existence toute entière» (BOUGNOUX, 1993, p. 320).

A mentira tem, noutras situações, como finalidade, pelo menos em termos de convicção, a preservação da face do outro; um caso significativo diz respeito às justificações nos pedidos de desculpas – neste caso, o comportamento ritual de reparação obriga a ser bem educado e a apresentar uma justificação, por exemplo para não aceitar um convite, o que prevalece sobre a verdade, dado que o princípio da cortesia é muitas vezes incompatível com a sinceridade; as boas maneiras, aliás, são cimentadas por pequenas mentiras. Num movimento em direcção ao outro, mente-se para proteger: a chamada “mentira piedosa” dita a um doente para o poupar de uma verdade que se sabe ou se crê que não suportaria, para evitar um desgosto a alguém de quem se gosta, como acontece no filme de Hitchcock *Shadow of a Doubt*, em que Charlie é de algum modo protegido pela sobrinha com o mesmo nome que, para poupar a mãe, não conta a verdade terrível que descobriu sobre o tio.

No outro extremo, a mentira prejudica inequivocamente o outro quando há essa intenção consciente, numa gradação que vai do boato à calúnia e à difamação, ou nas situações em que o locutor tem como finalidade algum proveito ou lucro – da pequena aldrabice ou expediente ao “conto do vigário”, à burla, à vigarice, ao plágio ou mesmo, no caso de uma entidade, para valorizar um produto em acções de *marketing* ou na publicidade. É esta intenção que preside aos actos da raposa e do gato na obra de Collodi, quando desenvolvem uma estratégia elaborada para convencerem Pinóquio a ir a um campo em que as suas moedas se multiplicarão, no intuito de ficarem com elas. Parece assim que, relativamente à intenção do locutor, os limites éticos da mentira estão sujeitos a discussão. Pode reconhecer-se a sua legitimidade quando se pretende proteger alguém e censurar-se inequivocamente quem mente com intenção de prejudicar o outro. Mas o juízo de valor não é consensual quanto às mentiras em que, não havendo prejuízo para o alocutário, o locutor sabe que vai apresentar um mundo que sabe ser falso e que, portanto – sem a legitimidade da ficção literária, em que a mentira é criadora – engana alguém que poderá acreditar no que ele diz, induzindo-o em falsas convicções.

No que diz respeito à idade, encontrei algumas variações quanto ao tipo de mentiras. As crianças mentem mais em situações em que pretendem fugir ao controlo, na interacção comunicativa com os pais e professores; entre os seus pares, na criação de mundos desejáveis mais conformes com a sua imaginação. As suas mentiras estruturam-se frequentemente de forma pouco coerente e uma mentira leva a outra, como retrata Almada Negreiros em «A Verdade»: uma criança chega à escola e, face à incredulidade do professor perante a sua primeira desculpa, uma situação espectacular («Quando saí de casa tomei um carro para vir mais depressa mas, por infelicidade, deante do carro caiu um cavalo com um ataque que durou muito tempo»), muda completamente para um motivo familiar («...minha mãe tinha um irmão no estrangeiro e, por infelicidade, morreu hontem de repente e nós ficámos de luto carregado»), que também não convence o professor e, finalmente, antes de resolver contar a verdade, constrói uma outra desculpa que articula incoerentemente com a anterior («quando saí de casa... estava a pensar no irmão da minha mãe que está no estrangeiro há tantos anos, sem escrever. Ora isto ainda é peor do que se ele tivesse morrido de repente porque nós não sabemos se estamos de luto carregado ou não») (NEGREIROS, 1993, p. 45). Como comenta Jacques Laurent, a propósito de uma mentira dita por ele próprio quando era criança, «Mon erreur était d'ignorer qu'un mensonge doit obéir à des règles plus rigoureuses qu'un conte» (1993, p. 24). Entre os adultos constatei uma maior diversidade de situações; as regras de cortesia conduzem a um uso generalizado de distorções da verdade; mas parecem ter mais a ver com a formação pessoal ou com características psicológicas as mentiras ditas, quer para prejudicar o outro, quer para tirar proveito pessoal, quer ainda para criar mundos ou uma imagem de si mais à medida do seu desejo.

Sendo fundamental, em grande parte das interacções, que a intenção do locutor seja reconstruída pelo alocutário para orientar a sua actividade, não é aqui o caso, dado que o tipo de intencionalidade presente é referente ao conteúdo e pretende fazer presente ao alocutário um determinado facto, convocando-o para uma determinada crença. De facto, a mentira constitui um acto deliberado e bem definido por parte do emissor que tem uma clara intenção de persuadir o outro de um estado de coisas que sabe ser falso. Está em jogo, como em toda a mensagem persuasiva, modificar a percepção dos objectos e o sistema de convicções do alocutário. Neste quadro, esperar-se-á que ao mentir o falante crie o seu próprio referente, num total desnível relativamente ao real, e que a principal característica linguística se situe ao nível da estrutura do discurso e se manifeste na coerência entre as proposições que o constituem.

Atenta a esta hipótese, procedi a uma leitura do *Pinocchio* de Collodi, pelo valor simbólico que tem esta narrativa de personagem e pela constante alusão

verbal ou não verbal ao nariz desse pequeno títere que cresce quando ele mente². Alargado o *corpus* a outras situações de mentira que se me depararam na literatura, no cinema, nos *media* e na praxis social, encontrei dois grandes tipos de mentira: a mentira em que existe um desnível total relativamente ao real, mais verosímil muitas vezes do que a própria verdade, e a mentira em que a referência apresenta diversos graus de desnível relativamente ao referente. Num ou noutro tipo, a organização do discurso assume as características sublinhadas por Todorov, a coerência entre proposições, ou, em alternativa, manifesta falhas na sua organização e marcas verbais e não verbais dão indícios ao alocutário de que o locutor mente. Pinocchio falha, porque deixa ver ao alocutário que mente, através de indícios linguísticos: é o «nariz da língua» a que alude o título da minha comunicação.

No primeiro caso, constata-se a impossibilidade de o receptor detectar a mentira pela coerência perfeita entre proposições que o emissor constrói, no entanto sem qualquer correspondência com um facto, mas criando o próprio facto; o acto de discurso é aqui plenamente “dizer é fazer”, visto que cria um mundo, não permitindo ao alocutário qualquer dúvida sobre a sua veracidade, a não ser que tenha acesso ao conhecimento dos factos. Neste caso, o locutor, aparentemente, não utiliza qualquer outra estratégia para convocar o alocutário para o seu ponto-de-referência que não seja a coerência entre proposições. No processo de codificação da mensagem, a intenção de transformar um conteúdo psíquico num facto objectivo para o transmitir ao alocutário faz crer que, nas fases que precederam a exteriorização, a organização interna do material linguístico se processou sem falhas ao nível da imaginação, da memória, da concentração. O canal privilegiado é o canal vocal-auditivo e, neste âmbito, com a quase exclusividade da linguagem verbal assertiva. A comunicação verbal sobreleva, visto que a dominante é a função representativa, ainda que não se tome como referente um facto do mundo exterior, mas se crie pela palavra um novo referente. As proposições sucedem-se no quadro de um estrutura sistemática e de um mapa semântico formado em conformidade com um plausível mundo extra-linguístico, num registo denotativo, enunciado de maneira fluente, sem hesitações. Quem mente imita a atitude e o discurso de quem não mente, utilizando as mesmas roupagens linguísticas, por assim dizer as mesmas cores, como sugere a constatação francesa «le mensonge se pare souvent des couleurs de la vérité». Constata-se, ainda, uma ausência quase

² Veja-se a repetida presença em desenhos humorísticos, a oferta de um nariz a uma personalidade política no programa televisivo *Raios e Coriscos*, títulos como o do poema de Virgílio Alberto Vieira «O nariz do hortelão Dinis» ou, mais recentemente, na novela *Ganância* a personagem Isabel dirigindo-se ao pastor/impostor Tomás Segurado «O nariz não lhe cresce, mas desde que aqui estou já lhe ouvi dizer muitas mentiras».

total de linguagem não verbal que acentue o que é dito, pautando-se as atitudes do falante por grande sobriedade e equilíbrio ao nível do tom de voz, do olhar, das expressões faciais, da cinésica corporal, revelando autoconsciência e regulação do comportamento e estabilidade emocional. Nas situações observadas, a atitude do alocutário na interacção decorre de uma crença na aparente sinceridade do locutor, não revela qualquer incredulidade, dúvida ou discordância, nem mesmo em inconscientes comportamentos não verbais, a não ser nos casos em que há um conhecimento prévio da personalidade do mentiroso e, portanto, uma atenção selectiva influenciada pelas expectativas que levam a perceber de modo diferente o discurso.

No segundo caso, considerado o *corpus* que até agora vim a constituir, o locutor selecciona diversos meios linguísticos e elementos paralinguísticos, que vão inserir-se nas estratégias empreendidas para convidar o alocutário a partilhar consigo um ponto de vista sobre o real. Neste quadro, vamos encontrar um discurso em que as características do conteúdo não se apresentam puramente racionais, como no primeiro caso, mas emotivas, crendo-se, talvez, que serão mais eficazes. Os dispositivos verbais e não verbais pelos quais se opta enquadram-se nesta convicção. Podem, assim, reconhecer-se algumas propriedades formais, de entre as quais se salientam a selecção do vocabulário, aspectos morfo-sintácticos, usos figurativos, referências explícitas à verdade, bem como recursos prosódicos e gestuais.

Na mentira são utilizados termos excessivos ou impróprios, como vocábulos cujo valor semântico se situa na esfera do excesso; neste caso, a classe gramatical dominante é o adjectivo (*brilhante, imenso, genial, fantástico, ignóbil, carregado de..., sonante*), ainda que surjam alguns substantivos (*uma fortuna, milagre* – o Campo dos Milagres inventado pela raposa de Collodi); o adjectivo surge frequentemente acompanhado de advérbios de modo (*completamente, barbaramente*); presentes, ainda, quantitativos expressos em numerais («multiplica cinquenta por cinco e de manhã encontrarás no bolso duas mil e quinhentas moedas...», diz a raposa a Pinóquio), unidades de peso (*toneladas....*), locuções temporais (*muito tempo, sempre, até à morte*), abusos de aumentativos e superlativos (A pergunta a B se o irmão está preso, ao que ele responde: *Não, está num dos melhores colégios do país*) e proposições consecutivas (conversa entre pescadores: *No rio da minha terra há tantos peixes que o rio já não tem água*; discussão entre dois anões: *O meu pai é tão pequeno que pode passar debaixo de uma mesa*). Se a prática mais comum é a de amplificar a realidade, o sujeito também pode reduzi-la pela utilização dos meios inversos, com categorias gramaticais opcionais, como o diminutivo, por exemplo (A risca o carro a B, que reage furioso. B desvaloriza o dano, dizendo: *foi só um risquinho*), quantitativos (*São só dois segundos*, quando se sabe que a

demora nunca será inferior a 10/15 minutos; *nem um cêntimo*, mente Pinóquio para não ser roubado). Outro processo de intensificação reside na utilização de frases exclamativas.

As onomatopeias e interjeições – dois fenómenos marginais da língua que limitam a sua convencionalidade, dado que têm como ponto de partida uma aproximação ao real, pelo que partilham algumas características do sinal natural, procuram dar um efeito de verosimilhança, visto que imitam sons da natureza, de animais ou gritos humanos que exprimem a dor, a ameaça, o horror, o espanto – marcam também presença como marcas linguísticas da mentira; no primeiro caso, com um valor descritivo na construção de mundos, no segundo, expressivo, quanto a emoções pretensamente vividas.

Referências explícitas à verdade surgem também em diversas situações: «Juro, quero ver minha mãe cair morta senão é verdade», «Está aqui companheiros. É verdade. Quem diz o contrário mente. Eu sou um homem de palavra» (declaração de um político), «Digo sempre a verdade» (Pinóquio), «acredite que».

No que diz respeito a usos figurativos, refira-se a repetição, a comparação e a metáfora e, pontualmente, o eufemismo.

O falante procura produzir força e impacto directo, utilizando a repetição de palavras, processo simples que, pode, aliás, tornar-se fastidioso. A repetição como figura de retórica não muda o sentido das palavras, mas opera uma metamorfose da linguagem ao utilizar a língua como um material sonoro ou visual de que são retirados efeitos e obtendo um suplemento de força expressiva. No caso em estudo apenas se verificou a presença da repetição mais elementar: a repetição de palavras. Uma criança que queira dar a ver como perigosa uma situação de que se afastou diz «eu corri, corri, corri...», ou perante um quadro de má qualidade um conhecedor, em vez de «que horror! que horror!», opta por dizer «que maravilha! que maravilha!», formulação eloquente pela saturação semiótica que contém. Esta figura pode surgir também na comunicação cinésica, através da repetição de gestos. As repetições de palavras ou gestos podem assumir uma função descritiva – caso do pescador que diz «apanhei um peixe grande, grande» e que mostra com as mãos a pretensa dimensão da pescaria –, mas também pode ter uma função encantatória...

A comparação e a metáfora são utilizadas para obter uma intensificação do discurso. No primeiro caso, sublinham-se semelhanças entre realidades que, de facto, não são comparáveis (*estás são como um pero* é dito a alguém que se sabe estar doente, «uma árvore carregada de tantas moedas de ouro quanto uma bela espiga de grãos no mês de Junho» é o mundo sugestivo que a raposa apresenta a Pinóquio). A metáfora transfigura o sentido das palavras, operando uma fusão e um transporte. Metáfora e comparação evocam o trabalho

da imaginação. Enquadrando-se numa categoria mais ampla, segundo alguns autores, a da imagem, recorrem à ilustração sensorial e à metamorfose dos objectos em signos, fornecendo ideias acessórias que as palavras disponíveis na língua só por si não têm o poder de evocar, tornando o discurso mais enérgico e mais atraente. Numa das suas mentiras, Pinóquio convoca Geppetto para um «nottata d'inferno [...] Tuonava, balenava». Quintiliano já afirmava que a metáfora melhora o discurso e torna-o mais agradável, e Cícero que o seu uso faz crescer o respeito e receptividade dos ouvintes para com o falante. Sabe-se ainda que influencia juízos sobre a credibilidade da fonte e sua objectividade. As metáforas não são bem sucedidas quando são forçadas e a relação não parece natural, quase se fundindo com a hipérbole. O excesso de metáforas seguidas suscita também a incredulidade. Pode aparentar-se com a imagem o recurso à imagem impressiva ou hipotética, introduzida por verbos como *parecer* ou locuções do tipo *como se*. O falante convoca também para o mundo construído pela utilização de verbos que exprimem uma relação directamente observável (*imagina..., vê lá tu..., nunca vi coisa igual*), ou constatação da impossibilidade de narrar o vivenciado (*contando ninguém acredita, nem te conto...*).

Para atrair, o falante exagera. Pode mesmo afirmar-se que a figura dominante do discurso é a hipérbole e que é, de certo modo, sob a sua égide que se encontram todos os recursos verbais e não verbais convocados. Sendo afirmado por alguns autores, no quadro dos estudos de Retórica, que esta figura é a menos interessante de todas, tem como domínio predilecto a linguagem corrente. Henri Suhamy (1993, p. 103) destaca entre os seus utilizadores os publicitários, os bajuladores, que de algum modo podemos considerar mentirosos, já que os primeiros valorizam as qualidades de alguém que pretendem que seja sensível à lisonja e os segundos valorizam as características de um produto que pretendem vender, podendo constatar-se no discurso um desnível significativo face ao real. A hipérbole está muito presente nas mentiras decorrentes da intenção de o locutor convocar o alocutário para um mundo que cria ou recria e que pretende representar, «au-delà de la vérité» (DUMARSAIS, 1988, p. 131), com a intenção de provocar estranhamento para lá da credibilidade. Não é só ao nível do enunciado que se verifica o exagero; a competência paralinguística manifesta-se em qualificadores vocais como a intensidade e o timbre, a modulação de algumas características do significante, a ênfase e cadência da pronúncia, inflexões da voz intercalando exclamações e vocalizações adequadas como o riso ou o choro. A cinésica intervém também de modo significativo. O olhar manifesta-se na tentativa de envolver o interlocutor pelo brilho e dilatação do globo ocular quando há um discurso eufórico e cabisbaixo, melancólico ou lacrimajante quando o discurso é disfórico, enquadrando

do-se o locutor na classe de pessoas com forte necessidade de serem reconhecidas e que usam, portanto, o olhar, mas também o resto do rosto e as mãos, em situações que pretendem colaborativas. No *corpus* analisado, verifica-se uma maior utilização deste recurso pelas crianças e adolescentes do que pelos adultos e, entre estes, por pessoas de menor nível de instrução. Constata-se também, significativamente, a presença da hipérbole em situações de mentira em que se verifica a característica de um locutor que se deixa levar por uma grande imaginação que o conduz, por vezes inconscientemente, para lá da realidade. Este percurso pode conduzi-lo à descrença ou ao ridículo perante o outro, como é o caso da personagem de Daudet.

Em inúmeras situações, o falante não é convincente pelo excesso de meios linguísticos que mobiliza e pela inferência de instabilidade emocional que se pode fazer a partir de falhas na fluência, fenómenos de hesitação e no próprio ritmo da fala que indiciam ansiedade perante a reacção do alocutário e/ou falhas no processo de produção discursiva em curso, como nos exemplos: A abandona uma reunião profissional, o chefe olha-o interrogativamente e A diz: *Tocou o alarme do meu carro...* Apercebe-se por segundos que no local onde estão nada se ouviu e completa, hesitando: ... *lá fora*, ou, numa situação idêntica: *Tenho que falar à minha mãe... para tomar os comprimidos....* O alocutário sabe que a mãe não toma qualquer medicação: ...*para não cair*. Ao longo da interacção, pelo *feedback* que obtém, o falante vai-se apercebendo que os seus objectivos ideativos não foram textualizados de forma coerente e não vai obter os efeitos perlocutórios que pretende: o seu discurso não é convincente e o alocutário não está a construir uma imagem favorável de si, em termos de credibilidade. A eficácia dos processos utilizada não é garantida; o alocutário “desconta” da expressão do locutor o necessário e forma-se no seu espírito uma imagem mais conforme à realidade. Os objectivos do locutor não são, pois, atingidos e a sua honestidade é posta em causa. Em inúmeras situações o alocutário, na interacção, explicita a sua incredulidade através de expressões performativas como *não mintas, diz a verdade, confessa, é tudo mentira, que mentira, não pensas que eu vou acreditar nisso, és a pessoa mais mentirosa do universo, estás a regar, já estou com os pés molhados, mentes pelos cotovelos, isso é coro, és um fingido, estás-me a engrupir, ... a enrolar, pára! comigo não, não caio nessa, aí tem coisa, se ele julga que me engana quem se engana é ele...* Neste caso, encontramos vários padrões na interacção; a seguir se esquemmatizam os mais frequentes.

Muitas situações enquadram-se num padrão em que o locutor acaba por dizer a verdade. Instado pelo alocutário ou perante um olhar incrédulo deste, diz imediatamente a verdade, optando frequentemente por exprimir o seu arrependimento e/ou prometer que mudará o seu comportamento no futuro

(com convicção sincera ou não no momento em que realiza o acto promissivo). «Prometo que de hoje em diante serei bom» diz Pinóquio, ao que Geppeto replica: «todos os rapazes dizem assim quando querem obter alguma coisa». Dependendo do conhecimento que têm do locutor, muitos alocutários reagem como Geppeto, incrédulos quanto à sinceridade do acto. Um outro padrão na interacção, mais complexo, constitui-se pela alternância entre sucessivas formulações explícitas de apelo à verdade, como *Quero a verdade, Não minta, diga a verdade*, e a construção de mentiras desconexas cada vez menos credíveis (*A Verdade*), num crescendo em que toda a cautela é esquecida e que conduz a uma euforia terminal, como que um delírio do abismo. Quando se verifica este padrão, nem sempre a verdade é dita; a cascata de mentiras deixa o acto em aberto, mas o efeito pretendido não foi atingido. Mais raras são as situações em que o locutor, para não perder a face, opta em alternativa pelas estratégias seguintes:

- minimizar o seu acto com expressões como *não me lembrava bem, exprimi-me mal, estava a brincar, não era bem isso que eu queria dizer, se fui eu não me lembro...*
- atenuar o desnível entre o referente e a realidade (*está bem, não era uma suite, era um quarto*)
- reforçar a verdade do que está a dizer (*eu juro... pela minha mãe, eu morra aqui ceguinho se não é verdade...*)
- desviar o assunto (*que barulho é esse? Não interessa... Você não devia estar em S. Paulo?*)
- apelar à confiança (*depois de tanto tempo com você, vai desconfiar de mim?*)
- anular qualquer hipótese de ser considerado mentiroso (*estás a chamar-me mentiroso?*)

Mais rara ainda é a colaboração com o alocutário, que se manifesta em formulações como *Como é que descobriste? Se sabias que eu estava a mentir porque me deixaste continuar?*, seguidas de pedidos de desculpa e/ou tentativas de reparação. Em situações mais elaboradas, encontram-se padrões muito mais complexos em que se assiste a um esgrimir de argumentos entre locutor e alocutário e nas quais, quase sistematicamente, não há fechamento do acto³.

³ As estratégias que apresentei podem surgir combinadas, e admito a hipótese de haver outras. Tendo iniciado este estudo na convicção de que o *corpus* proporcionaria sobretudo uma análise do acto ilocutório, fui-me apercebendo da diversidade de padrões interactivos de que o esquema atrás apresentado é um primeiro esboço. A dimensão interactiva parece relevante quando o acto não é admitido; a não admissão conduz frequentemente ao não fechamento do acto.

Antes de abordar o último ponto sobre o qual me propus reflectir, poderia concluir, em síntese: a convicção sobre a mentira ou sobre a verdade decorre de uma observação da realidade, directa ou indirecta; no segundo caso, através de um sinal linguístico que o alocutário presume ter uma relação com o real; saber se nos dizem a verdade é descobri-la através dessa observação indirecta; é a diferença entre perceber a realidade e criar convicções próprias ou dizerem-nos a realidade e termos, assim, que adoptar (ou não) a convicção do outro, o que passa, portanto, pelo seu discurso e pela linguagem não verbal que o acompanha, mas também pela negociação que se desenvolve ao longo da interacção.

A análise a que procedi foi-me suscitada pela presença no currículo do Ensino Básico de uma componente transversal consagrada pela Lei de Bases do Sistema Educativo – a Formação Pessoal e Social que, a partir de 2001, tem também um espaço estrutural específico, a Formação Cívica. Esse espaço está, contudo, a cargo do Director de Turma e o formato mais provável da sua concretização será o debate em torno de temas. No entanto, a perspectiva transversal mantém-se e, como já sugeri antes, a propósito do acto expressivo “pedir desculpa” (FRIAS, 2000), considero que a disciplina de Língua Portuguesa, dado o seu papel ao longo do currículo, deverá proporcionar uma educação linguística no quadro do acesso a valores cívicos, morais e estéticos. Assim, numa fase em que crianças e adolescentes estão a construir valores morais, afigura-se-me importante ser uma via a considerar a abordagem de textos que permitam desenvolver competências de recepção crítica neste âmbito.

No que diz respeito à mentira, o estudo de *Pinóquio*, que é uma das obras de leitura orientada seleccionada pelo Programa do 2º ciclo, poderá constituir-se como um texto de partida, já que a componente psicológica está na base de personagens e da sua acção em situação, num mundo em que as diferentes personagens são portadoras de valores morais positivos e negativos, não sendo nunca moralistas – no caso em apreço, a personagem que dá o título ao romance, a raposa e o gato⁴.

⁴ Diversos outros textos literários poderão ser convocados; a título de exemplo, anoto excertos de *A Porta Mágica* de Haroldo Maranhão ou *Chão de Meninos* de Zélia Gattai, o já citado texto *A Verdade* de Almada Negreiros, *Poemas da Mentira e da Verdade* de Luísa Ducla Soares, *O Saco das Mentiras* de Virgílio Alberto Vieira, fábulas como *O Mentiroso e o Lobo* de Esopo, contos tradicionais como *Pedro e o Lobo*, *O Rei Vai Nu* ou *O Capuchinho Vermelho*, um *corpus* significativo de anedotas e de provérbios ou frases idiomáticas sobre a mentira e a verdade. Considerada a dificuldade de recolha na interacção comunicativa, inúmeras são por outro lado as situações de comunicação oral simuladas em filmes como *Shadow of a Doubt* de Hitchcock, cujo título em português é *A Mentira*, novelas ou séries proporcionadas pelos *media*, recurso a não negligenciar na recolha de textos orais, pela diversidade discursiva que proporcionam.

Partindo de um ponto de vista linguístico, dado que no Ensino Básico não há um ensino da Literatura explícito, os itinerários a privilegiar deverão, a meu ver, ter como textos de referência aqueles em que há um evidente desnível entre o referente e a referência, inseridos em situações que permitam um conhecimento dos factos. Após a leitura ou escuta, numa primeira fase de acesso à compreensão global de que a situação de enunciação e o discurso nos fornecem um modelo base, o diálogo metalinguístico como actividade de descoberta deverá conduzir à explicitação do desnível e ao reconhecimento do enunciado como assertivo e subsidiariamente exclamativo. Proceder-se-á depois ao reconhecimento dos indícios que nos permitem detectar a mentira ao nível da linguagem verbal e não verbal, utilizando eventualmente a metáfora do nariz de Pinóquio com as crianças mais novas para iniciar este percurso. A observação de ilustrações da obra em diversas edições e desenhos humorísticos contribuirão para uma melhor explicitação do valor simbólico do nariz da personagem de Collodi. Só então se caracterizará a personagem/locutor, relativamente às circunstâncias em que mente, às suas intenções perante o alocutário e aos efeitos que tem neste (a mentira é reconhecida, como, o mentiroso é castigado?), à sua reacção quando é descoberto. Na sequência do roteiro traçado até aqui, poderá então ser introduzida a dimensão formativa, um juízo de valor que procure discutir os limites éticos da mentira, relativamente aos motivos do locutor, tendo em conta a situação e o público, aduzindo argumentos que tragam elementos de resposta a duas questões: A situação justifica a mentira? Até que ponto responsabilizar quem mente no caso ocorrente?

No sentido de não permitir generalizações abusivas, alargar-se-á depois o *corpus*, para observação e apoio à compreensão de outras situações, fazendo variar o locutor, o motivo, a situação e o alocutário e a negociação que se desenvolve durante a interacção. Poderão também desenvolver-se actividades de antecipação, pelo levantamento de hipóteses, a partir de títulos como *Quase de Verdade* de Clarice Lispector ou *O Planeta da Verdade* de Gianni Rodari.

Considerada a polémica que a questão da verdade e da mentira pode suscitar, estão a partir daqui criadas as condições para o desenvolvimento de exercícios de argumentação em diversos formatos. Neste quadro, poderão oportunamente ser discutidas afirmações sobre a mentira, como a célebre frase de Lincoln «Não se pode enganar toda a gente todo o tempo» ou a de Sir Walter Scott «Que emaranhada teia tecemos quando queremos enganar», explicitar os sentidos próprios e figurados de frases idiomáticas e de provérbios «A verdade é como o azeite: vem sempre à tona de água», «mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo», «a verdade é manca mas chega sempre a tempo», «nem todas as verdades se dizem», «quem muito fala muito mente», «uma mentira descobre outra», «a verdade é amarga, a mentira é doce», «vão-

-te cair os dentes», «pimenta na língua», «a mentira pegou», «mentira deslavada». Mais estruturado, o debate, género oral presente como conteúdo programático nos Programas do Ensino Básico, poderá aqui assumir características diferentes das que ocorrem noutros espaços educativos, já que suportado pela fundamentação linguística do trabalho anterior. Poderão então discutir-se questões como a diferença entre mentir e ser mentiroso, entre pequenas mentiras e grandes efabulações, mentira ou imaginação, mentiras temporárias ou uma existência inteira envolvida pela mentira, mentiras admissíveis e mentiras censuráveis.

Com um trabalho como o que sugiro, iniciar-se-á na Educação Básica o desenvolvimento de um esquema conceptual aberto sobre uma questão complexa a integrar a educação linguística, no quadro mais amplo de uma educação para os valores, linguisticamente objectivada, resistindo à tentação de aulas moralistas a que a disciplina de Língua Portuguesa nem sempre escapa quando se trata de conteúdos formativos, mas antes proporcionando fundamentos de base linguística e estratégias de recepção informada e crítica a accionar na interacção social e perante os *media*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAVV, 1994, *Politesse et Sincérité*, Paris, Éditions Esprit.
- BERRETTA, M., 1980, *La Comunicazione*, Milella.
- BOUGNOUX, D., 1993, «Mensonge romantique et vérité romanesque», in *Sciences de l'Information et de la Communication*, Paris, Larousse, pp. 319-322.
- COLLODI, *Le avventure di Pinocchio*, 1991, Bologna, Malipiero Editore.
- DUMARSAIS, 1988, *Des tropes ou des Différents Sens*, Paris, Flammarion.
- FRIAS, 2000, «Desculpe, sim? ou acerca do acto expressivo *pedir desculpa* em português», comunicação apresentada ao 7º Encontro de Estudos Portugueses O Discurso em Análise, Aveiro, no prelo.
- GRUPO m, 1982, *Rhétorique Générale*, Paris, Seuil.
- HOCKETT, 1958, *A Course in Modern Linguistics*, Nova Iorque, MacMillan.
- LAURENT, J., 1994, *Du Mensonge*, Paris, Plon.
- LISPECTOR, Clarice, 1993, *A Hora da Estrela*, Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- LYONS, J., 1997, *Semântica I*, Lisboa, Presença.
- MELLOR, D. H., 1990, «Falar Verdade», in *Formas de Comunicação*, Lisboa, Teorema, pp. 83-97.
- NEGREIROS, Almada, 1993, «A Verdade», in *A Invenção do Dia Claro*, Lisboa, Colares Editora.
- SUHAMY, H., 1981, *Les Figures de Style*, Paris, PUF.
- TODOROV, T., 1979, *Poética da Prosa*, Lisboa, Edições 70.

